

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/14780	20386/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DCQV - DPSBE - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Através do Auto de Transferência n.º ARSN_015/2023, o Município de Braga assumiu a delegação de competências na área da saúde, cujo quadro de competências foi concretizado através do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, na sua atual redação, no âmbito do qual são transferidas para os municípios no domínio da saúde as competências de gestão e realização de investimentos relativos a novas unidades de prestação de cuidados de saúde primários, nomeadamente na sua construção e equipamento, bem como competências de gestão, manutenção e conservação das instalações e equipamentos afetos aos cuidados de saúde primários.

Dos vários equipamentos envolvidos no processo de descentralização de competências na área da saúde, surgem três edifícios cuja titularidade é assumida por entidades coletivas denominadas por Casas do Povo, que mantêm a sua afetação e funcionamento para a prestação de cuidados de saúde primários.

Neste sentido, torna-se necessário o estabelecimento de contratos de comodato com as entidades titulares, validando por esta via o preconizado no já referido auto de transferência, nomeadamente junto da Casa do Povo de Adaúfe, Crespos, Navarra, Santa Lucrécia e S. Paio de Pousada.

Assim, nos termos da Lei 75/2013, no seu artigo 35.º, ponto 2, alínea f), e considerando os elementos apresentados neste processo, submete-se à apreciação do executivo municipal a aprovação da minuta de Contrato de Comodato com a Casa do Povo de Adaúfe, Crespos, Navarra, Santa Lucrécia e S. Paio de Pousada, com sede na Avenida Imaculada Conceição, 170-A, em Adaúfe – Braga, pessoa coletiva n.º 500 953 074.



DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



CONTRATO DE COMODATO

PRIMEIRO OUTORGANTE: Casa do Povo de Adaúfe, Crespos, Navarra, Santa Lucrécia e S. Paio de Pousada, com sede na Avenida Imaculada Conceição, 170-A, em Adaúfe – Braga, pessoa coletiva n.º 500 953 074, neste ato representada pelo seu Presidente, João da Costa Ferreira, adiante designada por **Casa Povo de Adaúfe**.

E

SEGUNDO OUTORGANTE: Município de Braga, com sede na Praça Municipal, na cidade de Braga, pessoa coletiva n.º 506 901 173, neste ato representado pelo seu Presidente, Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, adiante designado por **Município**.

Considerando que:

1. A Casa do Povo de Adaúfe possuía um contrato de comodato assinado com a Administração Regional de Saúde do Norte (ARS Norte), que viabilizava a existência da Unidade de Saúde de Adaúfe em edifício da sua propriedade;
2. Em março de 2023, o Município de Braga recebeu competências na área de saúde, em virtude da assinatura do Auto de Transferência N.º ARSN_015/2023, assumindo responsabilidades na gestão operacional dos diversos edifícios que albergam cuidados de saúde primários.

É celebrado o presente contrato de comodato entre os outorgantes acima melhor identificados, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

(Objeto)

A Casa Povo Adaúfe é dona e legítima proprietária do prédio sito na Avenida Imaculada Conceição 170-B, 4710-820 Braga, inscrito na matriz urbana sob o artigo 1568 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Braga sob o número 752, adiante designado por Edifício.

Cláusula Segunda

(Finalidade)

Pelo presente contrato, a Casa do Povo de Adaúfe entrega ao Município de Braga, e este aceita, o imóvel descrito na Cláusula anterior, bem como a sua gestão, a título gratuito, para salvaguarda da manutenção da prestação de cuidados de saúde primários, acolhendo a Unidade de Saúde Familiar Nov'Adaúfe.

Cláusula Terceira

(Regime de utilização)

1. A segunda outorgante utilizará o referido prédio para o exercício das atividades referidas na cláusula segunda, não lhe podendo dar outro fim, sem autorização prévia da Casa do Povo de Adaúfe.
2. À segunda outorgante não é permitido sublocar, emprestar ou ceder, por qualquer forma ou negócio, os direitos emergentes deste contrato, sem autorização expressa da Casa do Povo de Adaúfe.
3. Finda a vigência do presente contrato, a segunda outorgante deverá entregar à Casa do Povo de Adaúfe o Edifício em bom estado de conservação.

Cláusula Quarta

(Obras de adaptação)

Após competente autorização por parte da Casa do Povo de Adaúfe, o Município poderá proceder por sua conta e risco, e exclusivamente a expensas suas, a todas as obras de adaptação, conservação e/ou manutenção a realizar no Edifício, que sejam necessárias à prossecução das atividades referidas na cláusula segunda.

Cláusula Quinta

(Reparação e manutenção dos equipamentos)

Compete ao Município de Braga proceder, por sua conta e risco, e exclusivamente a expensas suas, a todas as reparações, conservação e manutenção dos equipamentos.

Cláusula Sexta

(Benfeitorias)

Todas as benfeitorias realizadas no Edifício ou nos equipamentos levados a cabo pelo Município consideram-se neles integradas e insuscetíveis de retirada e/ou desintegração, ficando, a fazer parte integrante do arrendado, sem direito a pagamento ou indemnização seja a que titulo ou natureza for, finda a vigência do presente contrato.

Cláusula Sétima

(Obrigações da Segunda Outorgante)

1. Na vigência do presente contrato, a Segunda Outorgante obriga-se a assumir os encargos decorrentes das seguintes despesas:
 - a) inerentes à conservação e limpeza dos espaços;
 - b) decorrentes da celebração de contratos e consumos de eletricidade, água, gás, e taxas ou licenças e manutenção diretamente ligados à atividade e ainda aos custos de exploração;
 - c) relativas ao seguro multirrisco, que salvguarde o edifício em caso de sinistro, a contratar pela primeira outorgante.
2. A Segunda Outorgante obriga-se ainda:
 - a) à contratação de prémios de seguro que, por lei, sejam obrigatórios;
 - b) a não afetar o imóvel a fim diverso daquele a que se destina, nos termos da cláusula segunda do presente contrato;
 - c) a manter as instalações em perfeito estado de conservação e segurança.
3. A primeira outorgante não será em caso algum responsável por quaisquer danos pessoais ou patrimoniais sofridos pela segunda outorgante na pessoa dos seus funcionários ou quaisquer outras pessoas que usufruam dos serviços aí prestados que sejam resultado de incêndio, explosão, inundação ou roubo que eventualmente se verifique no local objeto do presente comodato, a partir da data de início do presente contrato.

Cláusula Oitava

(Prazo)

O presente contrato produz efeitos a partir da data da sua assinatura, e é celebrado pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser renovável por iguais períodos, se não for denunciado por qualquer uma das partes até 180 (cento e oitenta) dias antes do seu termo ou de qualquer uma das suas renovações.

Cláusula Nona

(Omissões)

As omissões ao presente contrato são reguladas pelas disposições legais aplicáveis, nomeadamente os artigos 1129º e seguintes do Código Civil.

Cláusula Décima

(Foro)

Para a resolução de todas as questões emergentes do presente contrato, as partes elegem como competente o foro da Comarca de Braga, com expressa renúncia de qualquer outra.

Cláusula Décima Primeira

A proposta relativa ao presente contrato de comodato foi aprovada em reunião do executivo Municipal realizada em ____ de _____ de 2025.

1º Outorgante – Casa Povo Adaúfe

2º Outorgante – Município Braga
